

69L.  
P



# Aquamaior – Águas do Campo Maior, S.A.

## Relatório e Contas 2021



GA.  
4

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....3

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....16

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....21

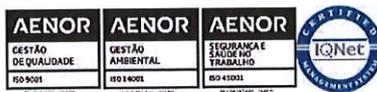
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....48

69.  
M J



Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021.



691.  
n H



# 1. RELATÓRIO DE GESTÃO



GR.  
u f



## ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, por contrato celebrado a 29 de outubro de 2007, com o Município de Campo Maior, e por um período de 30 anos.



A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

### Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

## INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 4 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aquamaior irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de mais de 6,5 milhões de Euros.

### Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos executadas no final do ano de 2021 são:

- Instalação de um Sistema de Telegestão;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- Acondicionamento e melhoria das bombagens de água potável;
- Acondicionamento das instalações dos poços;



68



- Cartografia digitalizada das redes de abastecimento e saneamento e implementação de um sistema SIG;
- Sectorização da rede de abastecimento para deteção e controlo de fugas;
- Projeto de nova conduta adutora desde a zona industrial de Campo Maior até Ouguela (executado parcialmente);
- Plano diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior;
- Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados;
- Nova Conduta adutora desde o reservatório do Zebro até aos depósitos Gêmeos;
- Adução ao Bairro da Misericórdia;
- Abastecimento de água da Meia Légua;
- Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113;
- Renovação de 100% do Parque de Contadores.

**Plano de Investimentos Executado**

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquamaior até ao final de dezembro de 2021 é o seguinte:

		2021
<b>Plano de Investimentos</b>	Instalação de um Sistema de Telegestão	178 500,00
	Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável	8 925,00
	Acondicionamento das Instalações Água Potável	59 500,00
	Acondicionamento e Melhoria das Bombagens de Água potável	4 760,00
	Acondicionamento das Instalações dos Poços	14 875,00
	Renovação de 100% do Parque de Contadores	220 036,00
	Cartografia Digitalizada das Redes de Abastecimento e Saneamento e Implementação de um Sistema SIG	71 400,00
	Sectorização da Rede de Abastecimento para o Controlo e Deteção de Fugas	35 700,00
	Projeto de nova conduta desde a Zona Industrial de Campo Maior até Ouguela	65 013,99
	Fornecimento e instalação da conduta Zona Industrial Campo Maior-Ouguela	17 850,00
	Plano Diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior	1 244 409,40
	Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados	1 956 669,39
	<b>Sub-total</b>	<b>1 956 669,39</b>
<b>Outras Atuações Projetadas no Plano de Investimentos</b>	Nova conduta desde o reservatório do Zebro até à zona dos depósitos Gêmeos	1 147 425,00
	Construção de reservatório no Zebro de 1.500 m³	20 457,28
	Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113, Campo Maior	94 828,26
	Adução ao Bairro da Misericórdia	51 632,66
	Abastecimento de Água da Meia Légua	90 807,91
<b>Sub-total</b>	<b>1 405 151,11</b>	
<b>Total</b>	<b>3 361 820,50</b>	

**Melhorias Fora do Plano de Investimentos**

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimentos e realizadas durante o ano de 2021 é o seguinte:



69L.  
m J

#### *Desratização e desbaratização*

Durante o ano de 2021 foram realizadas 3 operações completas de desbaratização e desratização da rede de saneamento (efetuadas pela Darkcode, Lda. – empresa especializada no controlo de pragas), complementadas com várias ações pontuais que resultaram de reclamações dos utentes do serviço.

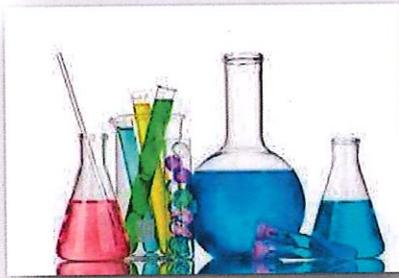
#### *Intervenções na rede de abastecimento*

Em 2021, para além dos trabalhos de manutenção da rede de abastecimento, foram executadas várias reparações e melhoramentos da rede, entre os quais se podem destacar os seguintes:

- Reparação de várias hastes e cabeças móveis de válvulas de seccionamento;
- Colocação de novas válvulas de seccionamento em Campo Maior;
- Instalações de válvulas de retenção em consumidores com habitações com furos;
- Substituição dos contadores de grandes consumidores;
- Desentupimento de caixas de saneamento de muitos consumidores;
- Reforço de ramais em várias habitações com falta de pressão;
- Mudança do local de instalação de contadores para as fachadas dos edifícios.

## ASPETOS TÉCNICOS

### Qualidade da Água Distribuída



A qualidade da água distribuída pela Aquamaior, aos utilizadores do concelho de Campo Maior é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2021. Este programa foi aprovado em 17 de dezembro de 2020 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor

à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.

No ano de 2021, o cumprimento dos valores legislados foi de 98,28%, num total de 232 parâmetros analisados.

62-  
n p

### Volumes de água comprada

No ano 2021, o volume de água comprada (faturada pela AdVT no período natural) diminuiu 13,98% em relação a 2020. Este decréscimo está relacionado com a diminuição generalizada do consumo em todo o ano 2021 e em todas as tipologias (pandemia COVID-19).

### Volume faturado por tipo de utilizador

O volume faturado no ano 2021, em comparação com 2020, registou uma descida em todas as Tipologias. Esta descida foi mais acentuada no caso das tipologias “Não-doméstico” e “Municipais” e um pouco mais ligeira na tipologia “Doméstico”. Estes valores estão diretamente relacionados com a pandemia COVID-19, que se fez sentir na grande maioria dos comércios e indústrias, ainda nos 2º, 3º e 4º trimestres de 2020 e se prolongou, praticamente, durante todo o ano 2021. Os consumos dos locais municipais também foram gravemente afetados, com descidas muito acentuadas na rega de espaços verdes e nos equipamentos sociais do município, ao dispor da população (piscinas descobertas e piscinas cobertas). A crise económica que resultou, como consequência desta pandemia, não permitiu a recuperação do consumo na tipologia “Doméstico”.



O número de utilizadores, em 2021, voltou a baixar relativamente ao ano transato (2020), ficando inclusivamente abaixo dos valores obtidos em 2019 (4.689 utilizadores).

### Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 55 interrupções no fornecimento de água, sendo 40 em reparações de ramais e 15 em condutas. Ocorreram 7 avarias com um tempo de reparação superior a 6 horas.

### Instalação de contadores

No ano de 2021 foram substituídos 250 contadores, sendo 204 contadores substituídos por subcontagem, mais 14 substituídos por antiguidade e 32 por outras causas.

### Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento em 2021 foi de 76. Em 2021 não foram construídas novas redes de água nem ocorreram renovações de rede, mas foram construídos 9 novos ramais de água.



*m*  
*f*

### Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2021 foi de 55. Em 2021 não foram construídas novas redes de águas residuais, nem ocorreram renovações de rede. Contudo foi construído 1 novo ramal de água.

### Consumos energéticos e de reagentes

Durante 2021 foram consumidos um total de 50.383 kWh em todas as instalações de água potável. Durante o ano de 2021 foram consumidos 122,22 kg de hipoclorito de sódio nos pontos de recloração existentes da rede de abastecimento.

## SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO



A Aquamaior tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, pela norma ISO 45001.

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos, associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições existentes.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquamaior assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Campo Maior, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquamaior apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).



69.  
m



A Aquamaior tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquamaior é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Aquamaior procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no período findo em 2021 de 7 pessoas, idêntico ao de 2020.

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquamaior espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa. A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Aquamaior no ano de 2021, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

### Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 1.259 milhares de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período. Comparando o período atual com o anterior, regista-se uma diminuição na rubrica de Vendas e Serviços Prestados (1.344.221 Euros em

GA  
M P



2020 para 1.259.447 Euros em 2021). A rubrica de rendimentos originados pela aplicação da NCRF 19 não contribuiu para o volume de negócios do período e do ano anterior por ter sido nula.

### Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquamaior foi em 2021 de 1.295.396 Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 1.272.047 Euros, representa um aumento de cerca de 2%. Este valor excluiu o impacto do imposto do período.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados do inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 293.363 Euros, representando cerca de 23% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 353.474 Euros, representando então cerca de 28% do total dos gastos do período. Em valor absoluto, a variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi inferior em 17%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou 660.542 Euros, representando cerca de 51% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 586.078 Euros, representando então cerca de 46% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 13%.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 125.045 Euros, representando cerca de 10% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 123.373 Euros, representando então cerca de 10% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi de 1%.

Em 2021, o valor das imparidades de dívidas a receber registado pela Aquamaior foi de 20.709 Euros.

A rubrica de outros gastos registou 25.000 Euros (2% do total dos gastos do período), tendo registado no período anterior 23.213 Euros (2% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresentou o montante de 137.430 Euros, para o período em análise, face a 137.044 Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos 11%, em ambos os períodos.

af  
n H

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquamaior registou, no ano de 2021, 33.404 Euros (equivalente a 3% do total dos gastos do período), tendo no ano anterior registado o montante de 38.503 Euros (equivalente a 3% do total dos gastos do período).

### **Rendimentos e Ganhos**

O total dos rendimentos da Aquamaior foi em 2021 de 1.270.331 Euros, o qual comparado com o período anterior, que foi de 1.345.438 Euros, representa um decréscimo de cerca de 6%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2021 o montante de 1.259.447 Euros, que comparado com o período anterior revela uma diminuição de cerca de 6% face ao valor de 1.344.221 Euros.

A rubrica de outros rendimentos registou, em 2021, o montante de 10.884 Euros. A mesma rubrica registava, em 2020, o valor de 1.217 Euros.

### **Resultado Líquido do Período**

O resultado líquido do período é de 11.447,58 Euros negativos. Em 2020, o mesmo apresentou-se positivo em 54.987,08 Euros.

### **Evolução dos Capitais Próprios**

Os Capitais Próprios da Aquamaior mantêm-se robustos, apesar do resultado negativo apresentado no período de 2021.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pela Pandemia de COVID-19, a Aquamaior continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Ainda que muito dependentes da conjuntura económica nacional, principalmente pelas medidas adotadas pelo Governo Português, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

W.A.  
H

### Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 146.073 Euros relativamente ao período em análise, apresentando uma diminuição de 41% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição de 92%, situando-se no final de 2021 em 8.643 Euros.

	Ano 2021	Ano 2020
Rentabilidade do ativo total	(0,36%)	1,68%
Rentabilidade dos capitais próprios	(2,71%)	12,65%
Rentabilidade das vendas	(0,91%)	4,09%
EBITDA	146 073,35 €	248 938,53 €
EBIT	8 642,93 €	111 894,05 €

### Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, revela uma consistência nos valores das principais rubricas, ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 3.277.520 Euros em 2020 para 3.189.582 Euros em 2021.

Em termos desagregados, os capitais próprios diminuíram de 434.540 Euros em 2020 para 423.092 Euros em 2021, tendo o passivo diminuído de 2.842.979,72 Euros em 2020 para 2.766.490 Euros em 2021.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2021, em termos percentuais, uma ligeira melhoria dos mesmos face ao ano de 2020:

	Ano 2021	Ano 2020
Capitais próprios	423 092,28 €	434 539,86 €
Passivo total	2 766 489,52 €	2 842 979,72 €
Passivo corrente	1 596 487,82 €	422 978,02 €
Ativo total	3 189 581,80 €	3 277 519,58 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	13,26%	13,26%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	15,29%	15,28%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	86,74%	86,74%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	57,71%	14,88%



## CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve um ligeiro impacto nas Demonstrações Financeiras, tanto do ponto de vista operativo, como do ponto de vista da liquidez da empresa.

As diferentes medidas tomadas pelo Governo Português relativas à abertura e encerramento de negócios, escolas, etc., durante o ano 2021 e 2020, resultaram numa alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu consideravelmente, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve um aumento considerável no período em análise.

Em termos de gestão operacional, a crise gerada pelo COVID-19 teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Aquamaior é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade ou perdas de rentabilidade na maior parte dos ativos.

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez. Como resultado da situação criada pela crise do COVID-19, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação deste ativos, contempladas em dezembro de 2020, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.



Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

### FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Em fevereiro de 2022 verificou-se o início do conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia. Apesar de ainda não se conseguir estimar o impacto que este conflito terá na economia global e consequentemente também em Portugal, já há alguns efeitos práticos, como seja o aumento do barril de petróleo, do gás e da eletricidade, que irá incrementar o preço final dos bens e serviços à população. A Empresa está atenta a este conflito, não sendo possível estimar com fiabilidade os possíveis impactos para o negócio. Contudo é convicção do Conselho de Administração que a Empresa apresenta solidez financeira e económica para ultrapassar esta Guerra.

### EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquamaior encontra-se em mandato para o triénio 2019-2021. A Administração da Aquamaior está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados. Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a Aquamaior encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

### DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 11.447,58 Euros negativos, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: -11.447,58 Euros



## AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquamaior aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Campo Maior, ao 31 de março de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Francisco de Lope Alonso  
Presidente

Guillermo Moya García-Renedo  
Vogal

Jesús Rodríguez Sevilla  
Vogal

pl.



## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





## AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em euros

	NOTAS	2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	12 733,72	7 744,28
Ativos intangíveis	6	2 165 917,78	2 301 287,64
Outros ativos financeiros		34,70	28,97
Ativos por impostos diferidos	7	146 401,68	132 676,39
<b>subtotal</b>		<b>2 325 087,88</b>	<b>2 441 737,28</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Cientes	9	186 163,40	200 869,52
Adiantamentos a fornecedores	13	414,26	117,64
Estado e outros entes públicos	8	30 176,05	4 225,16
Outros créditos a receber	9	45 197,10	52 744,93
Diferimentos	10	2 988,93	2 932,87
Caixa e depósitos bancários	4	599 554,18	574 892,18
<b>subtotal</b>		<b>864 493,92</b>	<b>835 782,30</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3 189 581,80</b>	<b>3 277 519,58</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	14	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	825 000,00	825 000,00
Reservas legais	14	10 000,00	10 000,00
Resultados transitados	14	(450 460,14)	(505 447,22)
Resultado líquido do período	14	(11 447,58)	54 987,08
<b>Total do capital próprio</b>		<b>423 092,28</b>	<b>434 539,86</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	6	670 001,70	670 001,70
Financiamentos obtidos	12	-	1 250 000,00
Outras dívidas a pagar	11	500 000,00	500 000,00
<b>subtotal</b>		<b>1 170 001,70</b>	<b>2 420 001,70</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	92 831,36	142 995,33
Adiantamentos de clientes	9	5 250,14	10 523,99
Estado e outros entes públicos	8	3 163,89	13 210,46
Financiamentos obtidos	12	1 350 000,00	150 000,00
Outras dívidas a pagar	13	145 242,43	106 248,24
<b>subtotal</b>		<b>1 596 487,82</b>	<b>422 978,02</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 766 489,52</b>	<b>2 842 979,72</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>3 189 581,80</b>	<b>3 277 519,58</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

*Manica José Simões*

O Conselho de Administração

*[Handwritten signatures]*



Aquamaior 17



## AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2021	2020
Vendas e serviços prestados	15	1 259 447,33	1 344 221,40
Subsídios à exploração		302,08	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(293 263,27)	(353 474,08)
Fornecimentos e serviços externos	17	(660 541,85)	(586 077,55)
Gastos com o pessoal	18	(125 045,40)	(123 373,08)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(20 709,41)	(10 362,14)
Outros rendimentos	19	10 883,61	1 217,03
Outros gastos	20	(24 999,74)	(23 213,05)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>146 073,35</b>	<b>248 938,53</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(137 430,42)	(137 044,48)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>8 642,93</b>	<b>111 894,05</b>
Juros e gastos similares suportados	22	(33 404,49)	(38 502,66)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(24 761,56)</b>	<b>73 391,39</b>
Imposto sobre o rendimento do período	23	13 313,98	(18 404,31)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(11 447,58)</b>	<b>54 987,08</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

Patricia Jose Simões

O Conselho de Administração



## AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em euros

RUBRICAS	Notas	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		1 259 430,83	1 329 597,30
Pagamentos a fornecedores		(939 141,04)	(926 354,12)
Pagamentos ao pessoal		(128 948,00)	(121 572,47)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>191 341,79</b>	<b>281 670,71</b>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(25 229,72)	(17 918,26)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(34 751,19)	(22 304,15)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>131 360,88</b>	<b>241 448,30</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(7 050,00)	(9 448,89)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(7 050,00)</b>	<b>(9 448,89)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	12	(50 000,00)	(50 000,00)
Juros e gastos similares		(49 648,88)	(26 233,36)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(99 648,88)</b>	<b>(76 233,36)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>24 662,00</b>	<b>155 766,05</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>4</b>	<b>574 892,18</b>	<b>419 126,13</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4</b>	<b>599 554,18</b>	<b>574 892,18</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



## AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000,00	825 000,00	10 000,00	(540 985,30)	35 538,08	379 552,78
Aplicação do resultado do período anterior	14				35 538,08	(35 538,08)	
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>		<b>50 000,00</b>	<b>825 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>(505 447,22)</b>		<b>379 552,78</b>
Resultado líquido do período						54 987,08	54 987,08
<b>Posição no fim do período</b>		<b>50 000,00</b>	<b>825 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>(505 447,22)</b>	<b>54 987,08</b>	<b>434 539,86</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000,00	825 000,00	10 000,00	(505 447,22)	54 987,08	434 539,86
Aplicação do resultado do período anterior	14				54 987,08	(54 987,08)	
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>		<b>50 000,00</b>	<b>825 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>(450 460,14)</b>		<b>434 539,86</b>
Resultado líquido do período						(11 447,58)	(11 447,58)
<b>Posição no fim do período</b>		<b>50 000,00</b>	<b>825 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>(450 460,14)</b>	<b>(11 447,58)</b>	<b>423 092,28</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

Fátima José Simões

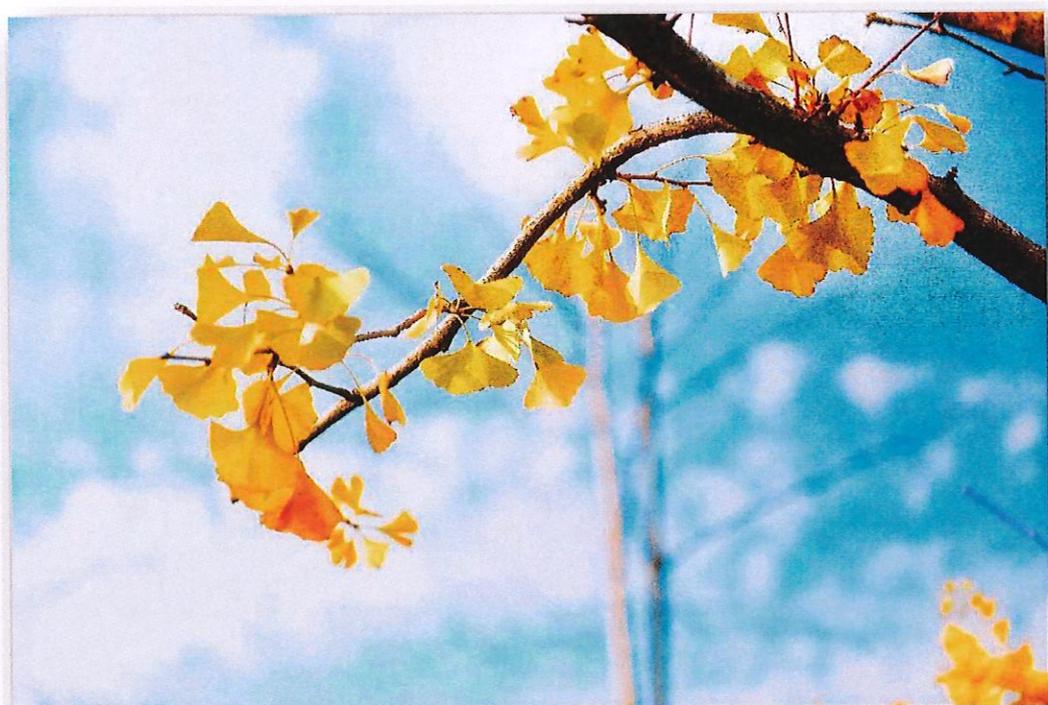
O Conselho de Administração

Aquamaior 20





GA.



### 3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



A.

u H

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., (adiante designada por “Aquamaior” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Rua de São João, 2A em Campo Maior, constituída em 4 de outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de março de 2008, tem como objeto a Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, e a sua atividade inclui a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquamaior foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, nomeadamente tendo em consideração o mencionado na Nota 27, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.



691-  
n d

### 3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto no contrato de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo prazo de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações de estimativas contabilísticas e erros e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

#### **IFRIC 12**

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 4.032 milhares de Euros.



GBL  
 n H

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquamaior reconhece o rédito e os gastos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.



Bl.  
u  
H

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

### 3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.



GA.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

### 3.6. CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

#### Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas, se após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

#### Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

#### Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

#### Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

### 3.7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

#### **Caixa e equivalentes a caixa**

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

#### **Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

#### **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios



significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.8. RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

### 3.9 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

### 3.10. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

#### Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.



Handwritten initials and scribbles in blue ink, including a signature and a checkmark.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

#### **Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

#### **Ativos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### **3.11 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### **3.12 GESTÃO DO RISCO**

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.



GM.

### 3.13 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era:

	Ano 2021	Ano 2020
Caixa	1 500,00 €	4 273,02 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	341 857,52 €	290 685,53 €
Caixa Geral de Depósitos	256 196,66 €	279 933,63 €
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>599 554,18 €</b>	<b>574 892,18 €</b>



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GR.' and 'H'.

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que deveriam ter sido corrigidos.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2020	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2021
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	95 702,80 €	7 050,00 €	- €	102 752,80 €
Equipamento de transporte	2 199,99 €	- €	- €	2 199,99 €
Equipamento administrativo	19 841,66 €	- €	- €	19 841,66 €
<b>Total</b>	<b>117 744,45 €</b>	<b>7 050,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>124 794,45 €</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2020	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2021
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	88 233,52 €	1 785,56 €	- €	90 019,08 €
Equipamento de transporte	1 924,99 €	275,00 €	- €	2 199,99 €
Equipamento administrativo	19 841,66 €	- €	- €	19 841,66 €
<b>Total</b>	<b>110 000,17 €</b>	<b>2 060,56 €</b>	<b>- €</b>	<b>112 060,73 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>7 744,28 €</b>	<b>4 989,44 €</b>	<b>- €</b>	<b>12 733,72 €</b>

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2019	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2020
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	95 702,80 €	- €	- €	95 702,80 €
Equipamento de transporte	3 775,85 €	- €	1 575,86 €	2 199,99 €
Equipamento administrativo	19 841,66 €	- €	- €	19 841,66 €
<b>Total</b>	<b>119 320,31 €</b>	<b>- €</b>	<b>1 575,86 €</b>	<b>117 744,45 €</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2019	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2020
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	87 108,89 €	1 124,63 €	- €	88 233,52 €
Equipamento de transporte	2 950,86 €	549,99 €	1 575,86 €	1 924,99 €
Equipamento administrativo	19 841,66 €	- €	- €	19 841,66 €
<b>Total</b>	<b>109 901,41 €</b>	<b>1 674,62 €</b>	<b>1 575,86 €</b>	<b>110 000,17 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>9 418,90 €</b>	<b>1 674,62 €</b>	<b>- €</b>	<b>7 744,28 €</b>



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL		Saldo em 31.12.2020	Aumentos	Saldo em 31.12.2021
Ativos intangíveis				
em Firme		4 031 822,20 €	- €	4 031 822,20 €
<b>Total</b>		<b>4 031 822,20 €</b>	<b>- €</b>	<b>4 031 822,20 €</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		Saldo em 31.12.2020	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2021
Ativos intangíveis				
em Firme		1 730 534,56 €	135 369,86 €	1 865 904,42 €
<b>Total</b>		<b>1 730 534,56 €</b>	<b>135 369,86 €</b>	<b>1 865 904,42 €</b>
<b>Saldo líquido</b>		<b>2 301 287,64 €</b>	<b>(135 369,86) €</b>	<b>2 165 917,78 €</b>

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL		Saldo em 31.12.2019	Aumentos	Saldo em 31.12.2020
Ativos intangíveis				
em Firme		4 031 822,20 €	- €	4 031 822,20 €
<b>Total</b>		<b>4 031 822,20 €</b>	<b>- €</b>	<b>4 031 822,20 €</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		Saldo em 31.12.2019	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2020
Ativos intangíveis				
em Firme		1 595 164,70 €	135 369,86 €	1 730 534,56 €
<b>Total</b>		<b>1 595 164,70 €</b>	<b>135 369,86 €</b>	<b>1 730 534,56 €</b>
<b>Saldo líquido</b>		<b>2 436 657,50 €</b>	<b>(135 369,86) €</b>	<b>2 301 287,64 €</b>

### Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, se encontra em falta por efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, 4.031.822,20 Euros, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2021	Ano 2020
Saldo inicial	670 001,70 €	670 001,70 €
Aumentos	- €	- €
Diminuições	- €	- €
<b>Saldo final</b>	<b>670 001,70 €</b>	<b>670 001,70 €</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Plano de Investimento já executado ascende a 3.361.820,50 Euros.



## 7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2021	Ano 2020
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
<b>Saldo inicial</b>	<b>132 676,39 €</b>	<b>130 481,97 €</b>
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	13 725,29 €	2 194,42 €
<b>Total dos efeitos na demonstração de resultados</b>	<b>13 725,29 €</b>	<b>2 194,42 €</b>
<b>Saldo final</b>	<b>146 401,68 €</b>	<b>132 676,39 €</b>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 21%, acrescida de derrama municipal quando seja aplicável.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e perdas por imparidade de clientes.

## 8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
<b>Ativo</b>		
Pagamento por conta (Nota 23)	16 344,00 €	- €
Imposto sobre o o valor acrescentado (IVA)	13 832,05 €	4 225,16 €
<b>Total</b>	<b>30 176,05 €</b>	<b>4 225,16 €</b>
	<b>Ano 2021</b>	<b>Ano 2020</b>
<b>Passivo</b>		
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		
Pagamento por conta (Nota 23)	- €	10 188,00 €
Estimativa de imposto do período (Nota 23)	411,31 €	20 598,72 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	451,00 €	369,00 €
Contribuições para a segurança social / CGA	2 301,58 €	2 430,74 €
<b>Total</b>	<b>3 163,89 €</b>	<b>13 210,46 €</b>



## 9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Clientes" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Cientes		
Clientes C/C	227 494,12 €	221 490,83 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	(41 330,72) €	(20 621,31) €
<b>Total</b>	<b>186 163,40 €</b>	<b>200 869,52 €</b>

### Perdas por imparidade:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de créditos a receber foi como segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Saldo inicial	- 20 621,31 €	- 10 259,17 €
Reforço	- 24 396,59 €	- 11 633,50 €
Reversão	3 687,18 €	1 271,36 €
<b>Saldo final</b>	<b>(41 330,72) €</b>	<b>(20 621,31) €</b>
<b>Varição Ano</b>	<b>(20 709,41)</b>	<b>(10 362,14)</b>

### Outros créditos a receber:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Outros créditos a receber" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	44 797,10 €	52 744,93 €
Devedores e credores diversos	400,00 €	-
<b>Total</b>	<b>45 197,10 €</b>	<b>52 744,93 €</b>

O valor da rubrica estimativa de produção pendente de faturação corresponde à especialização na parte de receitas, que respeitam ao desfaseamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro.



GM.

**Adiantamentos de clientes:**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Adiantamentos de clientes	5 250,14 €	10 523,99 €
<b>Total</b>	<b>5 250,14 €</b>	<b>10 523,99 €</b>

**10. DIFERIMENTOS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	2 988,93 €	2 932,87 €
<b>Total</b>	<b>2 988,93 €</b>	<b>2 932,87 €</b>

**11. PARTES RELACIONADAS**

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 100% da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2021			Ano 2020		
	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	17 895,27 €	- €	- €	11 406,42 €	- €	- €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	9 751,60 €	500 000,00 €	1 944,77 €	9 104,40 €	500 000,00 €	2 064,16 €
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	3 360,37 €	- €	- €	1 550,87 €	- €	- €
<b>Total</b>	<b>31 007,24 €</b>	<b>500 000,00 €</b>	<b>1 944,77 €</b>	<b>22 061,69 €</b>	<b>500 000,00 €</b>	<b>2 064,16 €</b>

O valor apresentado na rubrica de “Outras dívidas a pagar – não corrente” no montante de 500.000 Euros, diz respeito a um empréstimo não corrente da casa-mãe, com vencimento anual a 31 de janeiro de cada ano e renovações sucessivas. A renovação ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. Este financiamento está neste momento negociado à taxa de juro de 3,00% acrescida de Euribor a 3 meses. Até 31 de dezembro de 2021, o acionista não manifestou a intenção de não renovação deste contrato, razão pela qual se encontra registado como passivo não corrente.



GH.

*[Handwritten signatures]*

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2021					Ano 2020				
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Gastos com Pessoal (Nota 18)	Vendas e Prestações de Serviços (Nota 15)	Outros rendimentos (Nota 19)	Fornecimento e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Gastos com Pessoal (Nota 18)	Vendas e Prestações de Serviços (Nota 15)	
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	195 174,51 €	- €	300,00 €	- €	- €	136 234,20 €	- €	170,00 €	- €	
Aquaellas - Águas de Elvas S.A.	- €	- €	- €	8 662,52 €	7 832,41 €	- €	- €	- €	15 478,04 €	
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	9 751,60 €	12 260,83 €	- €	- €	- €	9 205,68 €	12 888,31 €	- €	- €	
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	19 210,85 €	- €	- €	- €	- €	9 286,72 €	- €	- €	- €	
<b>Total</b>	<b>224 136,96 €</b>	<b>12 260,83 €</b>	<b>300,00 €</b>	<b>8 662,52 €</b>	<b>7 832,41 €</b>	<b>154 726,60 €</b>	<b>12 888,31 €</b>	<b>170,00 €</b>	<b>15 478,04 €</b>	

## 12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Financiamentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
<b>Passivo não corrente</b>		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	- €	1 250 000,00 €
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 250 000,00 €</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1 350 000,00 €	150 000,00 €
<b>Total</b>	<b>1 350 000,00 €</b>	<b>150 000,00 €</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o empréstimo bancário refere-se a um financiamento contratado em agosto de 2014 por um período de 81 meses, o qual vence juros indexados à Euribor a 6 meses acrescida de 4%. O financiamento será reembolsado em 27 prestações trimestrais e sucessivas conforme o seguinte plano:

- As prestações correspondentes ao 3º e 6º mês após a outorga no valor de 25.000,00 Euros;
- As prestações entre o 9º e o 42º mês após a outorga no valor de 12.500,00 Euros;
- As prestações entre o 45º e o 78º mês após a outorga no valor de 50.000,00 Euros;
- A prestação a ocorrer no 81º mês corresponderá ao remanescente do capital em dívida.

Em 28 de fevereiro de 2020 foi feito um aditamento ao financiamento, o qual vence juros indexados à Euribor a 12 meses acrescida de 1,5%.

Em maio de 2020 a Empresa aderiu às moratórias bancárias, uma forma de ajuda dada pelo Estado às empresas, decorrente da Pandemia COVID19, sendo a duração da mesma até novembro de 2021. Desta forma as prestações neste período foram suspensas, retomando o seu normal reembolso a partir de 30 de novembro de 2021.



### 13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de “Fornecedores”, de “Outras dívidas a pagar” e de “Adiantamentos a Fornecedores” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	31 007,24 €	22 061,69 €
Fornecedores c/c	61 824,12 €	120 933,64 €
<b>Total</b>	<b>92 831,36 €</b>	<b>142 995,33 €</b>

	Ano 2021	Ano 2020
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	15 498,75 €	16 067,58 €
Credores por acréscimos de gastos		
Outros - juros Santander Totta	1 725,00 €	17 850,00 €
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos	126 073,91 €	70 266,50 €
Partes relacionadas (nota 11) - FCC Aqualia Juros	1 944,77 €	2 064,16 €
<b>Total</b>	<b>145 242,43 €</b>	<b>106 248,24 €</b>

	Ano 2020	Ano 2020
Adiantamentos a fornecedores	414,26 €	117,64 €
<b>Total</b>	<b>414,26 €</b>	<b>117,64 €</b>

### 14. CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 5.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euro cada.

#### Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Reserva Legal encontra-se totalmente realizada e ascende a 10.000 Euros.



### Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 04 de maio de 2021, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 54.987,08 Euros, foi integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 12 de maio de 2020, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 35.538,08 Euros, foi integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.

### 15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Vendas	1 230 556,41 €	1 313 214,67 €
Serviços prestados	28 890,92 €	31 006,73 €
<b>Total</b>	<b>1 259 447,33 €</b>	<b>1 344 221,40 €</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos incorridos na rubrica de “Serviços Prestados” com partes relacionadas foram de 8.662 Euros e 15.478 (Nota 11).

### 16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Matérias-primas		
Inventários iniciais	- €	20 553,10 €
Compras	293 263,27 €	332 920,98 €
Inventários finais	- €	- €
<b>Total</b>	<b>293 263,27 €</b>	<b>353 474,08 €</b>



GR.  
 [Handwritten signatures]

## 17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Serviços especializados	571 216,42 €	496 155,13 €
Materiais	8 528,57 €	12 619,89 €
Energia e fluidos	12 224,09 €	13 108,88 €
Deslocações, estadas e transportes	3 111,04 €	1 027,75 €
Serviços diversos	65 461,73 €	63 165,90 €
<b>Total</b>	<b>660 541,85 €</b>	<b>586 077,55 €</b>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 224.138 Euros e 154.727 Euros, respetivamente (Nota 11).

## 18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Remunerações	94 633,97 €	90 548,09 €
Encargos sociais	20 696,82 €	21 310,09 €
Seguros de acidentes de trabalho	1 532,94 €	1 342,30 €
Outros gastos com o pessoal	8 181,67 €	10 172,60 €
<b>Total</b>	<b>125 045,40 €</b>	<b>123 373,08 €</b>

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de 7 colaboradores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 300 Euros e 170 Euros, respetivamente (Nota 11).

GM-  
M H

## 19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Outros rendimentos (nota 11) - Aqualvas	7 832,41 €	-
Outros não especificados	3 051,20 €	1 217,03 €
<b>Total</b>	<b>10 883,61 €</b>	<b>1 217,03 €</b>

## 20. OUTROS GASTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
Dívidas incobráveis (Nota 23)	3 687,18 €	1 271,36 €
Impostos e taxas	20 713,40 €	21 744,05 €
Multas e penalidades	-	140,62 €
Outros gastos	599,16 €	57,02 €
<b>Total</b>	<b>24 999,74 €</b>	<b>23 213,05 €</b>

## 21. GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2021	Ano 2020
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	2 060,56 €	1 674,62 €
Ativos intangíveis (Nota 6)	135 369,86 €	135 369,86 €
<b>Total</b>	<b>137 430,42 €</b>	<b>137 044,48 €</b>

## 22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresenta no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	33 404,49 €	38 502,66 €
<b>Total</b>	<b>33 404,49 €</b>	<b>38 502,66 €</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(33 404,49) €</b>	<b>(38 502,66) €</b>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 12.261 Euros e 12.888 Euros, respetivamente (Nota 11).



GR.  
M.F.

### 23. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Campo Maior, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o período de 2021, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2018 a 2021 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.



GM.  
 [Handwritten signatures]

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Resultado antes de impostos	(24 761,56) €	73 391,39 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	135 369,86 €	135 369,86 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	- €	165,03 €
Imparidade não aceite	18 297,44 €	8 725,13 €
Créditos incobráveis (Nota 20)	3 687,18 €	1 271,36 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(125 616,91) €	(125 616,91) €
Reversão imparidade (Nota 9)	(3 687,18) €	(1 271,36) €
Outros	(1 525,00) €	- €
<b>Lucro tributável</b>	<b>1 763,83 €</b>	<b>92 034,49 €</b>
<b>Matéria coletável</b>	<b>1 763,83 €</b>	<b>92 034,49 €</b>
Coleta	- €	18 727,24 €
Derrama	- €	1 380,52 €
Tributações autónomas	411,32 €	490,96 €
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>411,32 €</b>	<b>20 598,72 €</b>
Pagamento por conta (Nota 8)	16 344,00 €	10 188,00 €
<b>Total IRC a pagar/(recuperar)</b>	<b>(15 932,68) €</b>	<b>10 410,72 €</b>
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>411,32 €</b>	<b>20 598,72 €</b>
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(13 725,30) €	(2 194,41) €
<b>Total Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>(13 313,98) €</b>	<b>18 404,31 €</b>

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

#### 24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam na Aquamaior ativos ou passivos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.



GA.  
M  
H

## 25. MÚTUOS E GARANTIAS

### Continuidade das operações

#### *Risco de liquidez:*

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa tinha em Caixa e Equivalentes o montante de 599.554 Euros tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 131.361 Euros. A empresa apresenta uma dívida financeira a instituições financeiras de curto prazo no montante 1.350.000 Euros.

Os Administradores da Aquamaior elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.



## 26. LOCAÇÕES

### Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* de viaturas pela empresa, os mesmos foram celebrados por um período inicial de 36 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no termino do contrato. Face às dificuldades de aquisições de novas viaturas em consequência da falta de componentes no mercado, em 2021 foi renegociado o prazo das entregas das viaturas que estavam em fim de contrato, prevendo que o mesmo terá o seu término em 2022.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2021 e 2020, são conforme segue:

Ano	Ano 2021	Ano 2020
2021	-	9 550,80 €
2022	9 550,80 €	9 550,80 €
2023	5 259,48 €	5 259,48 €
<b>TOTAL</b>	<b>14 810,28 €</b>	<b>24 361,08 €</b>

Gasto ano	2021	2020
<i>Renting</i> viaturas	8 205,60 €	7 958,60 €
<b>TOTAL</b>	<b>8 205,60 €</b>	<b>7 958,60 €</b>

## 27. CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve um ligeiro impacto nas Demonstrações Financeiras, tanto do ponto de vista operativo, como do ponto de vista da liquidez da empresa.

As diferentes medidas tomadas pelo Governo Português relativas à abertura e encerramento de negócios, escolas, etc., durante o ano 2020 e 2021, resultaram numa alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu consideravelmente, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve um aumento considerável no período em análise.

Em termos de gestão operacional, a crise gerada pelo COVID-19 teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Aquamaior é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade ou perdas de rentabilidade na maior parte dos ativos.



GR.

M  
P

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação criada pela crise do COVID-19, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação destes ativos, contempladas em dezembro de 2020, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.



Handwritten notes in blue ink, including the letters 'GM', 'u', and 'ff'.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2022 verificou-se o início do conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia. Apesar de ainda não se conseguir estimar o impacto que este conflito terá na economia global e consequentemente também em Portugal, já há alguns efeitos práticos, como seja o aumento do barril de petróleo, do gás e da eletricidade, que irá incrementar o preço final dos bens e serviços à população. A Empresa está atenta a este conflito, não sendo possível estimar com fiabilidade os possíveis impactos para o negócio. Contudo é convicção do Conselho de Administração que a Empresa apresenta solidez financeira e económica para ultrapassar esta Guerra.

### O CONTABILISTA CERTIFICADO

Handwritten signature in blue ink: *Maria José Simões*

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

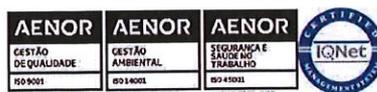
Handwritten signatures in blue ink, including a circular scribble and several distinct signatures.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*



## 4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



## **Certificação Legal das Contas**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 3.189.582 euros e um total de capital próprio de 423.092 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 11.448 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Outras matérias**

Sem afetar a nossa opinião, chamamos a atenção para o facto da Certificação Legal das Contas relativa às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ter sido emitida, sem reservas e com uma ênfase, por outro Revisor Oficial de Contas em 15 de abril de 2021.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

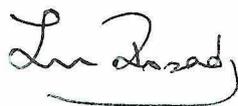
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de maio de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Luis Miguel Gonçalves Rosado - ROC n.º 1607  
Registado na CMVM com o n.º 20161217

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Desde a data em que fomos nomeados, acompanhamos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas, sem ênfases e com um parágrafo de outras matérias.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

## Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2021 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2021 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2021, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 25 de maio de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Luis Miguel Gonçalves Rosado - ROC n.º 1607  
Registado na CMVM com o n.º 20161217